



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E SEIS**

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e seis, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, a fim de tratar dos assuntos constantes na ordem de trabalhos, como sendo:

UM: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

DOIS: APRECIACÃO DA PROPOSTA DE ESCLARECIMENTO À INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO TRIGÉSSIMO QUARTO E TRIGÉSSIMO SÉTIMO DO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMEIRIM, NO TERMOS DA ALÍNEA A) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO TERCEIRO DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO;

TRÊS: APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS RECEBIDAS, PARA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE SETECENTOS E SETENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E CINCO EUROS, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO TERCEIRO DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI NUMERO CINCO, TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

QUATRO: APRECIACÃO DA PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DA DERRAMA PARA DOIS MIL E SETE, NOS TERMOS DA ALINEA A) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO TERCEIRO DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO;

CINCO: APRECIACÃO DA PROPOSTA DE TAXA PARA O IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) DE DOIS MIL E SETE, NOS TERMOS DA ALINEA A) DO NUMERO DOIS DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO TERCEIRO DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI NUMERO CINCO, TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO.

SEIS: PROCEDER À ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO, DE ACORDO COM O PREVISTO NO NUMERO DOIS DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO SEGUNDO DO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMEIRIM – RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS NUMERO SETE BARRA DOIS MIL E UM, PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA PRIMEIRA SÉRIE, NUMERO CENTO E QUARENTA E UM DE VINTE DE JUNHO DE DOIS MIL E UM.

SETE: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO NA ALINEA N DO NUMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO TERCEIRO DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI NUMERO CINCO, TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALINEA M DO NUMERO UM DO ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO.

OITO: PRONUNCIAR-SE E DELIBERAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTARÉM, DE ACORDO COM O ESTIPULADO NA ALINEA D E Q DO NUMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO TERCEIRO DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI NUMERO CINCO, TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO, NUMERO UM ALINEA D E Q DO REGIMENTO.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

NOVE: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS AUTOCARROS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM O ESTIPULADO NA ALINEA A DO NUMERO DOIS DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO TERCEIRO DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NUMERO CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, CONJUGADO COM A ALINEA A DO ARTIGO NUMERO DOIS DO ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO.

DEZ: DE ACORDO COM AS COMPETENCIAS PREVISTAS NA ALINEA R DO NUMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSSIMO TERCEIRO DA LEI NUMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO REPUBLICADA EM ANEXO À LEI NUMERO CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALINEA Q DO NUMERO UM DO ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO, PROCEDER À ELEIÇÃO DE “UM AUTARCA DE FREGUESIA” DE ACORDO COM O ESTIPULADO NA ALINEA E DO NUMERO DOIS DO ARTIGO CENTO E CINQUETA E SETE DO DECRETO LEI DUZENTOS E DOIS BARRA DOIS MIL E QUATRO DE DEZOITO DE AGOSTO.

Sendo vinte e uma horas e cinquenta e seis minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia, aberta a sessão, verificando-se a seguinte falta: presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, senhor Amândio Braulino Freitas.

Os membros em falta, que não enviarem qualquer documento que permita à mesa da Assembleia Municipal considerar-lhes as faltas como justificadas, no prazo previsto no Regulamento, estas serão dadas como injustificadas.

PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA

Votação da Acta do Mês de Dezembro de dois mil e cinco: Aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e três abstenções e voto contra do grupo do CDS-PP



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

DECLARAÇÃO DE VOTO

MARIA BERNARDINA»» O meu voto contra, prende-se com o conteúdo da página número dezassete, já que para a mesma situação tinha chamado a atenção, na última sessão desta Assembleia.

É referido que, o senhor Presidente da Assembleia, informou, que antes de dar início ao Período Antes da Ordem do Dia, e de acordo com a convocatória, e conforme já tinha sido comunicado aos representantes dos Grupos, iria ser feita uma apresentação pelo Sr. Arquitecto Elias Rodrigues. Uma vez que como representante do CDS/PP não fui informada de nada e já tendo solicitado que se procedesse à correcção da referida passagem o que não sucedeu, em função disso, e exclusivamente por essa razão, o meu voto é contra.

Almeirim, trinta de Junho de dois mil e seis, pelo grupo da CDS-PP, Maria Bernardina Queiroz de Andrade.

DECLARAÇÃO DE VOTO

SÓNIA COLAÇO»» A minha abstenção deve-se a não ter estado presente na reunião.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Pergunto se mais algum deputado, tem algo a acrescentar à acta do mês de Dezembro de dois mil e cinco?

JOSÉ SAMPAIO»» Esta acta tem bastantes erros ortográficos. Dou como exemplo “Bolsa” escrita com “c”, além de conter muitas proposições, que dificultam a leitura coerente do texto. Eu penso que há alguma dificuldade em fazer a transmissão entre aquilo que se diz, e o que se escreve. Isto é: Um texto exacto e coerente. Portanto, provavelmente terá que haver alguma revisão destas proposições, que estão deslocadas em muito locais, bem como a correcção dos erros ortográficos. Não gostaria de voltar ao assunto, sobre as cavaliças. O senhor deputado Manuel Luís Barbara, tomou a atitude de dizer que: “...*Era importante que eu também tivesse batido o pé, por causa do monumento das cavaliças*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

É preciso dizer que isto, foi dito num determinado contexto. Pretende, assim o senhor deputado, responsabilizar um Vereador, que estava em franca minoria há cerca de quinze anos. E que não tem ideia se esteve presente nessa reunião, ou não? Considero abusiva esta interpretação, e não me considero com qualquer responsabilidade sobre o assunto.

O PS tem uma maioria absoluta, desde há muito tempo.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Sobre a acta de Fevereiro de dois mil e seis, alguém quer acrescentar alguma coisa?

Quero relembrar, mais uma vez os senhores deputados municipais, para o acordado, sobre as “eventuais emendas” às ACTAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL dado que as recebem com alguma antecedência. Lembro os senhores deputados, que de acordo com o artigo noventa e dois – numero quatro, da Lei que nos rege “**As de deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respectivas actas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores**”. Por isso informo que todas as votações que nós fizemos hoje, serão por minuta, e que fique em acta. Não podemos aceitar que, porventura esta situação das “actas em atraso” fosse ou viesse a ser “ considerado uma maneira de “ bloquear a acção da Assembleia”?!. É impensável aguardar até Setembro próximo, para ver uma ACTA aprovada. Informo novamente que todas as votações de hoje, serão por minuta. Lamento que assim seja, mas é a forma de garantirmos o funcionamento com eficácia da Assembleia Municipal.

JOÃO LOPES»» Gostava apenas de solicitar uma pequena correcção à acta de vinte e dois de Fevereiro, e que não impede que ela seja aprovada. Isto é: onde se lê na página seis “PPR/PSD”, deve-se ler PPD/PSD.

MANUEL LUIS BARBARA»» Estou de acordo com as palavras do Dr. José Manuel Sampaio, em relação à acta de vinte e dois de Fevereiro. Está tremenda de se ler, diria até, bastante difícil. De facto, não é fácil passar uma linguagem oral, para uma escrita.

O Senhor Presidente da Assembleia, diz e bem, que não podemos aprovar esta acta em Setembro. Mas na realidade todo o documento necessitava de ser revisto na sua coerência e gramaticalmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Ainda para responder ao Deputado Dr. José Manuel Sampaio, sobre o que agora disse. É exactamente aquilo que está escrito na acta de vinte e dois de Fevereiro. E não é mentira. Houve uma altura, em que a Câmara do Presidente Alfredo Calado – PRD, teve dois vereadores da CDU. E nessa altura, o tecto das cavalariças reais, foi abaixo. Na altura gostava que mais pessoas tivessem feito alguma força. Não o fizeram, acabou. Para mim este assunto está encerrado.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Quero pedir aos senhores deputados municipais para, mais uma vez, “darem uma vista de olhos” ao Regimento da Assembleia. O que se passou agora, não tem base regimental. Os senhores deputados municipais “fazem as vossas” declarações de voto que entenderem, não podem é “aproveitar” o momento em que estamos a aprovar actas, para se referirem outras situações, que nada têm a ver com as mesmas!

PEDRO RAMOS »» Não estou nesta Assembleia para impedir a aprovação de qualquer acta. Mas parece-me que devemos fazer as devidas correcções. Dou como exemplo: O meu nome é Pedro Ramos, e não Pedro Rodrigues, como ainda não fui crismado, quero que o meu nome seja corrigido.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» O que eu pedi aos senhores deputados, foi que após receberem as actas, entrassem em contacto com os serviços da Assembleia, para fazerem as rectificações às mesmas. Evitávamos um trabalho que, já podia ter sido feito. Ninguém impede que as correcções sejam feitas, desde que as mesmas, não desvirtuem o que de essencial foi transcrito, nem impeçam a sua aprovação. Deste modo, quando quiserem que as vossas palavras fiquem registadas, de outra forma, agradeço que nos enviem os textos, de modo a que possamos fazer as devidas correcções.

Votação da Acta do dia vinte e dois de Fevereiro de dois mil e seis: Aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, quinze do grupo do Partido Socialista, três do grupo do PPD/PSD, dois do grupo da CDU - Senhor José Rodrigues e Senhora Maria José Cardoso, um do grupo do CDS-PP e três abstenções do grupo da CDU.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

DECLARAÇÃO DE VOTO

SÓNIA COLAÇO»» A minha abstenção, deve-se a não ter estado presente na última reunião da Assembleia.

CORRESPONDÊNCIA

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e oito de Abril de dois mil e seis, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por:

-----**A Câmara Municipal do Cartaxo:** - Convite para assistir à “Noite da Poesia”, numa evocação a David Mourão Ferreira e contemporâneos, a ter lugar na Biblioteca Municipal Marcelino Mesquita, no próximo dia 30 de Junho, pelas 21.30 horas; Convite para participar, numa recepção alusiva ao Dia do Cartaxo, no dia 14 de Junho, às 19,30 horas, no Torreão das Bancadas, na Feira Nacional da Agricultura; Convite para assistir às comemorações do Dia Mundial da Cultura, a ter lugar na Biblioteca Municipal Marcelino Mesquita, nos dias 19 e 20 de Maio. -----

-----**Do Partido Ecologista “Os Verdes”:** - Convite para assistir ao debate sob o tema “As emergências da intervenção ecologista” no dia 27 de Maio pelas 15:30horas no Auditório do Edifício C3 da Faculdade de Ciências de Lisboa. -----

-----**Da Banda Marcial de Almeirim:** - Convite para estar presente no almoço de aniversário dos 75 anos, no dia 21 de Maio, pelas 12:30horas no Salão Moinho Vento. -----

-----**Da Câmara Municipal de Almeirim:** - ofício a propor que a Assembleia de Junho seja marcada para o dia trinta. -----

-----**Da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo:** - Convite a todos os membros da Assembleia Municipal, para participarem nas Comemorações de Elevação de Benfica do Ribatejo à categoria de Vila, nos dias vinte e três e vinte e quatro. -----

-----**Da Fundação Antero de Quental:** - Convite para um debate sobre “As novas Oportunidades para o Desenvolvimento Territorial” a ter lugar no Teatro Sá da Bandeira, no dia 5 de Junho pelas 21 horas.-----

----- **Do Comandante dos Bombeiros Municipais de Santarém, Sr. José Alberto Almeida Vitorino,** ofício dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia a informar da sua tomada de posse como Comandante dos Bombeiros Municipais de Santarém e da sua cessação de funções como Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

e a agradecer pela colaboração prestada pela a Assembleia Municipal. -----

-----**Da Presidência do Conselho de Ministros:** - Ofício a acusar recepção da carta datada de 4 de Maio, a informar que foi dada a devida atenção à Moção sobre a Saúde no Concelho. -----

-----**Do Governo Civil de Santarém:** - ofício dando conta da recepção da Moção “Paragens do Serviço Alfa Pendular no Distrito de Santarém. -----

-----**Da Assembleia da República – Comissão de Saúde:** - Ofício a acusar recepção da Moção sobre a “Situação da Saúde no Concelho de Almeirim”.-----

-----**Do Centro de Saúde de Almeirim:** - Ofício a convocar uma reunião no âmbito da Comissão Concelhia de Saúde para o dia 22 de Junho às 16, na Biblioteca do Centro de Saúde. -----

-----**Da Assembleia Municipal de Coruche:** - Ofício dando conta da recepção da Moção sobre “Construção de Dois Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Químicos e Industriais Perigosos no Concelho da Chamusca. ----

-----**Da Assembleia Municipal de Rio Maior:** - Ofício ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar o envio de um exemplar do Regimento da Assembleia. -----

-----**Do Partido Popular – Grupo Parlamentar:** Ofício a acusar recepção da carta datada de 4 de Maio, a informar que foi dada a devida atenção à Moção sobre a “Situação da Saúde no Concelho”. -----

-----**Da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim:** - Convite ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a inauguração da Exposição “Desenhos do meu Bloco” na Galeria Drº João César Henriques, no dia 12 de Junho , pelas 18 horas.-----

-----**Da Assembleia Distrital de Santarém:** - Convocatória para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal estar nas Reuniões de Instalação e Ordinária, ambas no dia 25 de Maio; Ofício ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a informar da alteração à data das reuniões do dia 25 de Maio da Assembleia Distrital, para o dia 29 de Maio.-----

-----**Do Partido Comunista Português:** - Ofício ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a enviar cópia da resposta do Governo à Deputada Luísa Mesquita, sobre “Acessibilidades no Concelho da Chamusca – IC-3”; Ofício ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal da resposta do Governo sobre as “Condições de Saúde existentes no Distrito de Santarém”.-----

-----**Do Partido Social-Democrata:** Ofício a acusar recepção da Moção enviada no dia 4 de Maio. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

-----**Do Sr. Deputado da Assembleia Municipal – João Miguel Gonçalves Lopes: -**,
Fax ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar a justificação de falta à
Comissão de Habitação e Urbanismo, no dia 17 de Maio, por motivos de licença
matrimonial. -----

-----**Do Secretaria Nacional para as Autarquias do Partido Socialista:** - Ofício ao
Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na reunião extraordinária do
dia 23 de Junho, pelas 18 horas, no largo do Rato, em Lisboa. -----

-----**Da A23 – Consultores de Engenharia, Higiene e Segurança no Trabalho, Lda:** -
Ofício a dar conhecimento da sua posição, relativa a noticia publicada no Jornal O Mirante,
com o titulo “Cult Contrata empresa sem Habilitações”.-----

-----**A ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses:** - Ofício/circular a
dar conhecimento de um conjunto de medidas aprovadas, e destinadas a reduzir o risco de
transmissão da “Gripe das Aves”; Ofício/circular a remeter a “Resolução do Conselho
Directivo Sobre o Encerramento dos Serviços de Saúde”; Ofício/circular a remeter a
“Resolução do Conselho Directivo Sobre a Venda do Património do Estado”; Convite ao Sr.
Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na sessão solene dos “30 Anos
do Poder Local”, que decorre no dia 8 de Junho, pelas 21 horas, no Mosteiro de São Bento
da Vitória, Porto; Ofício/circular a solicitar o envio de pequenos textos que ajudem a
reflexão na II Conferencia sobre “Ordenamento do Território e Revisão do PDM”;
Ofício/circular a dar conta da importância do Plano Nacional da Política de Ordenamento
do Território; Ofício/circular a remeter uma brochura com o programa final e demais
informações complementares atinentes à XXIII Assembleia-geral do Conselho de
Municípios e Regiões da Europa, a realizar-se em Innsbruck, Áustria de 10 a 12 de Maio
de 2006; Convite para a sessão solene de abertura das comemorações dos 30 anos do
Poder Local Democrático, a ter lugar no dia 8 de Junho às 21horas no Mosteiro de S.
Bento da Vitória no Porto; Ofício/circular a solicitar a análise dos documentos, referentes
às Iniciativas Legislativas sobre o Protocolo do Estado, disponíveis em <http://www.anmp.pt>,
e a emissão de comentários que sobre eles fossem entendidos, até às 12 horas do dia 22
de Junho; Ofício/circular a informar que o Senhor Ministro de Estado e da Administração
Interna, tinha apresentado ao Conselho Directivo da ANMP, as propostas de Lei de
“Revisão das Lei das Finanças Locais”, do “Novo Regime Jurídico do Sector Empresarial
Local”, e do “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, e a solicitar a análise dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

mesmos, disponíveis em <http://www.anmp.pt>, e a emissão de contributos individuais ou colectivos, até às 12 horas do dia 28 de Junho; Boletins da Associação Nacional de Municípios, referentes aos meses de Maio e Abril de 2006. -----

-----**A ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais:** - Ofício a dar conhecimento do XXVI Colóquio Nacional da ATAM, a realizar na R.A. Açores, Angra do Heroísmo, de nove a doze de Outubro de dois mil e seis, pelo que anexam o respectivo boletim de inscrição. -----

-----**Pedidos de justificação de falta enviados à Assembleia Municipal pelos seguintes membros da Assembleia:** Sr. **José Assunção Santos Alfaiate**, e Sr. **Carlos Alberto Roxo Cardoso**, Sr.^a **Sónia Maria de Almeida Coelho**; Sr.^a **Patrícia Alexandra de Oliveira Correia Borges**, e do presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, senhor **Amândio Braulino Freitas** por não poderem estar presente na presente sessão. -**Deram entrada ainda a seguintes jornais periódicos e revistas:** - Jornal do STAL, de Abril de dois mil e seis; Revista da Região de Lisboa Oeste e Vale do Tejo, de Maio de dois mil e seis. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» – Informo os senhores deputados, que toda a correspondência resumida, se encontra à disposição, para consulta.

A Mesa da Assembleia não tem nenhuma documentação para entregar de assuntos que tenha sido solicitada à Câmara.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Entraram na mesa, para apreciação, um requerimento do CDS-PP, que será respondido na altura própria, e as seguintes Moções:

-**Do grupo do Partido Socialista** – Moção de Saudação e Reconhecimento de Mérito Desportivo à Associação Recreativa e Cultural de Paço dos Negros; Uma Moção recomendação sobre a extinção dos serviços públicos em Almeirim; Uma Moção recomendação sobre a OPEL da Azambuja (trabalhadores de Almeirim); Uma Moção recomendação sobre a Taxa (IMI) – Imposto Municipal sobre Imóveis.

- **Do grupo do PPD/PSD** – Moção sobre o provável encerramento da unidade produtiva, da GM; Uma proposta de recomendação, sobre uma alteração à taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; Um voto de congratulação à Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Paço dos Negros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

-Do grupo da CDU – Moção de solidariedade para com os trabalhadores da OPEL da Azambuja; Moção sobre o Centro de Saúde Almeirim; Moção **recomendação dirigida ao senhor Presidente da Câmara**, de acordo com o estipulado no número quatro do artigo sessenta e oito, da Lei numero cinco traço A barra dois mil e dois de um de Novembro, no que concerne:”...e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e estado actualizado dos mesmos.”; Uma proposta de recomendação, sobre classificação de interesse público de uma Tília situada no Cemitério de Almeirim.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Com sabem, nos termos do nosso Regimento, que foi aprovado por esta Assembleia, o tempo para este período da ordem de trabalhos, é de sessenta minutos, que nós tentaremos fazer cumprir de acordo com a distribuição de temos já fixados - PS – trinta e quatro minutos; CDU – catorze minutos; PPD/PSD – sete minutos, e CDS-PP – cinco minutos. É neste contexto que iremos pedir as vossas intervenções sobre as referidas Moções e propostas.

Para além das Moções e Recomendações que vamos apreciar antes da Ordem do dia, temos ainda os Assuntos de Relevante Interesse Municipal. Desta forma, quem quiser intervir neste ponto, terá que utilizar a sua inscrição.

ASSUNTOS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL

JOSÉ MANUEL SAMPAIO»» Esta minha intervenção, tem a ver com a noticia que li no Jornal Almeirinese, do dia quinze de Junho do corrente ano. Que trazia como titulo: **“Contrato Programa com ALDESC pode esvaziar a Autarquia”**, título baseado numa proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, e fortemente contestada pelos dois membros da oposição, que em reuniões posteriores, cumpriram a imposição legal, prevista na Lei cinquenta e oito barra noventa e oito. Que tem a ver com contrapartidas financeiras, e que acabaria por ser aprovada pela maioria PS.

A CDU está consciente que a actual administração da ALDESC, tem feito um esforço, no sentido da legalidade, relativamente ao que se passava com a administração ALDESP. Mas considera que às perguntas já expressas, estas, devem ter respostas públicas, pois receamos a continuação da subsidio-depêndencia da Câmara, num quadro

em que além do recebimento de subsídios avultados, a Câmara paga a totalidade dos salários dos funcionários, que irá transferir para a empresa. A Assembleia Municipal não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

fiscaliza as contas da empresa, e esta deixa de estar condicionada à Lei que obriga à realização de concursos públicos, para a concessão de espaços, o que objectivamente, configura um esvaziamento de poderes da Câmara. É um défice de controlo democrático dos poderes autárquicos, nomeadamente os desta Assembleia.

Os trabalhadores da Câmara estão sujeitos à figura do destacamento, sem serem ouvidos. A integração de espaços culturais, e criação de novos lugares, serão naturalmente geradores de custos acrescidos, que nos deixam as maiores reservas, sobre a viabilidade económica da empresa. Perante este cenário, que deixa à CDU a maior das dúvidas, sobre a validade da constituição da empresa para interesse público. Pese o estudo de viabilidade económica, apresentado. Gostaríamos de saber da parte do Senhor Presidente da Câmara ou eventualmente do Presidente da ALDESC, respostas para as seguintes questões:

1º Considera que o Plano e Orçamento aprovado para dois mil e seis, permite através de uma gestão criteriosa da ALDESC, garantir a manutenção de um serviço público de qualidade e de características sociais, sem recurso a novas injeções de verbas camarárias?

2º Considera que a qualificação do quadro de pessoal da empresa, e a transferência dos equipamentos, dentro do actual contrato programa, sempre indicado pela CDU, e, pela primeira vez apresentado, permitirá diferenciar de forma transparente a despesa afecta à empresa, e a despesa afecta à Câmara, a única que esta Assembleia pode fiscalizar?

3º Considera que perante a extinção, no âmbito da ALDESC do quadro competitivo, passando o mesmo para o âmbito de uma colectividade já existentes ou a criar, não irá afectar o inicio da nova época desportiva, com inicio em Setembro?

PEDRO RAMOS »» Relativamente à Moção que tenho para apresentar, diz assim:

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

A Assembleia Municipal de Almeirim quer solidarizar-se com todos os trabalhadores da fábrica OPEL na Azambuja, muito especialmente com todos os trabalhadores do nosso concelho e suas famílias.

Almeirim, trinta de Junho de dois mil e seis, Bancada da CDU, Pedro Ramos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

SÓNIA COLAÇO »» A minha proposta de recomendação é a seguinte:

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Considerando que a preservação e valorização do património cultural e natural é uma das competências atribuídas às autarquias locais; Considerando que a classificação desse património é um instrumento que cria à sua volta uma protecção legal e fundamental para assegurar a sua preservação em termos futuros;

Considerando que o estatuto de classificação contribui também para valorizar o objecto em causa aos olhos da opinião pública, através do reconhecimento oficial do seu valor;

Considerando, ainda, que esta cidade e este concelho têm o privilégio de possuir, no cemitério da freguesia de Almeirim, uma lindíssima Tília, que se distingue de outros exemplares pela sua idade, porte e estrutura. Considerando ainda que esta Tília reúne os critérios exigidos no parágrafo único, do artigo número um do decreto-lei vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e oito barra trinta e oito de quinze de Fevereiro:

A Assembleia de Almeirim recomenda à Câmara Municipal que diligencie junto da Direcção dos Recursos Florestais no sentido de proceder à classificação de interesse público desta Tília.

Almeirim, trinta de Junho de dois mil e seis, Bancada da CDU, Sónia Colaço.

MARIA BERNARDINA »» Subscrovo o que o Senhor Presidente diz, relativamente, ao facto dos senhores deputados, receberem as actas, com mais ou menos, algum tempo de antecedência, para as lerem e se poderem pronunciar em devido tempo, sobre elas. Sou uma simples cidadã, que nunca teve actividade política na minha vida, não sou de maneira alguma licenciada em Direito. Não conheço os Decretos-Lei de frente para trás, nem de trás para a frente, e tenho sido bombardeada com todo género de legislação. Vou tentado, dentro das minhas possibilidades, lê-la e estudá-la, para poder estar a par dos assuntos que me são apresentados, a fim de condignamente me poder pronunciar sobre eles. Desta vez, julguei que tinha simplesmente um dedo de papel, para analisar, acontece que, quando começo a juntar todos os papeis, tenho quatro vezes mais, e após tomar o meu lugar, são constantemente colocadas em cima da minha mesa, mais Moções, Propostas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Recomendações. Pergunto, com que seriedade é que me posso pronunciar sobre estes assuntos? Não tenho a legislação que aqui é referida, nem tempo para a ler. Uma vez que existem E-mail, seria simpático que estes documentos me fossem enviados, para eu poder atempadamente analisa-los, afim de me poder pronunciar devidamente sobre eles. Senão, o risco que corro é me abster sobre todos os assuntos, quando há aqui assuntos aos quais eu sou mais sensível do que outros.

Eu entendo que toda esta documentação já me devia ter sido entregue, quer com um ou mais dias de antecedência. Parece-me que existe uma má ligação entre colegas das diversas bancadas da Assembleia.

Tem sido constantemente debatida a falta de médicos no Centro de Saúde de Almeirim e nas suas extensões de Fazendas de Almeirim e Raposa. Sou uma cidadã razoavelmente informada, embora, como já referi, não conheça profundamente a legislação para saber que capacidade de intervenção legal tem o senhor Presidente da Câmara para acompanhar e actuar numa situação destas, embora acredite, que alguma possa ter. Gostaria que me informasse oportunamente, sobre este assunto da escassez de médicos.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Gostaria de apresentar as três Moções do Partido Socialista no meu lugar, se os senhores deputados não verem nenhum inconveniente nessa situação.

MOÇÃO

Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Paço dos Negros campeã Nacional de FUTEBOL do INATEL – época de dois mil e cinco – dois mil e seis.

VOTO DE SAUDAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO MÉRITO DESPORTIVO

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal conscientes da relevância económica, social, cultural, patrimonial e dos valores desportivos prosseguidos pela ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL DE PAÇO DOS NEGROS, que **venceu com brilhantismo o campeonato NACIONAL de FUTEBOL do INATEL – época de dois mil e cinco – dois mil e seis, sendo esta é a primeira vez que uma equipa do concelho de Almeirim vence e se sagra CAMPEÃ NACIONAL**, recompensando deste modo o seu trabalho na área do interesse público desportivo, honrado o nosso Concelho, a população de Paço dos Negros e muito em especial, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

dirigentes, técnicos e atletas que com o seu esforço trabalho e dedicação, conseguiram para o nosso concelho o mais alto galardão desportivo Nacional.

Queremos também realçar que este êxito é também fruto do trabalho desenvolvido no engrandecimento das infra-estruturas, do trabalho desportivo com as camadas jovens e de todos aqueles que ao longo de muitos anos, souberam manter sempre vivo o espírito da prática desportiva da organização associativa e da dedicação ao associativismo desportivo em Paço dos Negros e contando sempre com o apoio da Autarquia, sem o qual estes êxitos não seriam possíveis de alcançar.

Assim de acordo com as competências previstas na alínea r) no nº um do artigo cinquenta e três da Lei nº cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei nº cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro conjugado com a alínea q) do nº um do artigo quarto e nos termos da alínea e), nº um do artigo vigésimo quarto do Regimento, na Sessão de trinta de Junho de **dois mil e seis propomos um VOTO DE SAUDAÇÃO E DE CONGRATULAÇÃO a TODOS** os que contribuíram para mais uma época de sucesso desportivo para o nosso Concelho.

Mais, congratulamo-nos e reiteramos o nosso apoio à decisão justa e merecedora pela atribuição pela Câmara Municipal da **MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO CONCELHIO, grau oito, à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL DE PAÇO DOS NEGROS.**

Assembleia Municipal de Almeirim, trinta de Junho de dois mil e seis. O grupo do Partido Socialista.

Realço o facto desta Associação, já ter merecido a justa decisão por parte do executivo da Câmara Municipal de atribuição da Medalha de Mérito Desportivo Concelhio. O Grupo do Partido Socialista, também apresenta uma **Moção sobre a extinção dos Serviços Públicos em Almeirim.** Para lembrar, que hoje foi extinta a Zona Agrária de Almeirim, e como esta decisão prejudica os nossos agricultores.

Nós entendemos que o Governo está a fazer um bom trabalho na redistribuição da Administração Pública. Por isso apresentamos a seguinte Moção – Recomendação:

MOÇÃO-RECOMENDAÇÃO

(alínea f) do nº um do artigo vigésimo quarto do Regimento)

Extinção de Serviços Públicos em Almeirim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Considerando que através da Resolução do Conselho de Ministros n.º trinta e nove barra dois mil e seis de vinte e um de Abril de dois mil e seis o Governo aprovou, Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, a seguir designado por Programa ou PRACE, tendo como objectivo a promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, pelas simplificação, racionalização e automatização que permitam a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos. Dos serviços desconcentrados de nível regional, sub-regional.

Considerando que nos termos e pressupostos constantes da **a)** do numero oito “ os serviços desconcentrados da administração central ao nível regional devem conformar a sua circunscrição territorial às NUTS II do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, estabelecidas pelo Decreto-Lei numero quarenta e seis barra oitenta e nove de quinze de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei numero trezentos e dezassete barra noventa e nove, de onze de Agosto;”

Considerando que na alínea **b)** do nº oito “ a reorganização dos serviços desconcentrados ao nível regional será efectuada assegurando uma equilibrada distribuição dos organismos do Estado no âmbito das regiões, nos termos de plano de localização dos serviços desconcentrados a elaborar, ouvidos os governadores civis de cada NUTS II;”

Considerando ainda que na alínea **c)** os serviços desconcentrados no âmbito regional devem respeitar os princípios: **i)** Equilíbrio na distribuição dos serviços públicos entre os diversos centros urbanos no âmbito da região; **ii)** Optimização de recursos físicos e humanos e minimização do impacte na mobilidade regional dos funcionários; **iii)** Partilha de serviços e criação de balcões de atendimento multiserviços ao nível sub-regional e local.

Considerando também que na alínea **d)** do nº oito “ Os serviços desconcentrados de âmbito regional, designadamente no domínio do planeamento, do ordenamento do território, da coordenação estratégica e do desenvolvimento económico, social e ambiental são coordenados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional; e na **e)**.

Cabe aos governadores civis, ao nível dos distritos, enquanto nível sub-regional no âmbito das NUTS II, a representação do Governo, a coordenação dos serviços de segurança e protecção civil e a articulação entre os serviços periféricos da administração central;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Considerando, ainda que na alínea **g)** "Os serviços periféricos ao nível sub-regional e local são articulados e progressivamente integrados mediante a adopção do princípio do balcão integrado multisserviços no quadro do programa de nova geração de lojas do cidadão, em concertação com as autarquias locais, sob coordenação estratégica da Agência para a Modernização Administrativa, I. P."

Considerando que o grupo do Partido Socialista tendo plena consciência da inevitabilidade dos delegações de alguns serviços regionais sedeados em Almeirim, nomeadamente os SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DA SEGURANÇA SOCIAL E DO EMPREGO, poderem vir a ser extintos, e assim no uso das competências desta Assembleia Municipal, previstas alíneas **o)** e **q)** do nº um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei nº cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei nº cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com a alínea **f)** do nº um do artigo vigésimo quarto do Regimento da Assembleia Municipal, vimos propor que seja aprovada a seguinte RECOMENDAÇÃO:

1 - Recomendar ao Executivo Municipal, que através do senhor Presidente da Câmara Municipal proceda à elaboração de programa de uma candidatura instrumental de interesse municipal em dotar o concelho de Almeirim com uma LOJA DO CIDADÃO, nos termos da alínea g) do numero oito da referida Resolução do Conselho de Ministros

2 - Fundamentar tecnicamente a dotação desse SERVIÇO LOCAL DO CIDADÃO, com multi-serviços que sirva os cidadãos destinatários do serviço público, especialmente nas áreas seguintes:

- Agricultura
- Segurança Social
- Trabalho, Emprego e Formação Profissional
- Finanças
- Economia

3 - Mandatar desde já o senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, que no mais curto espaço de tempo, apresente esta candidatura, junto do Governador Civil de Santarém da Agência para a Modernização Administrativa, I. P

Assembleia Municipal de Almeirim, 30 de Junho de 2006, o Grupo do Partido Socialista.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Mandatamos desde já o senhor Presidente da Câmara, para que no mais curto espaço de tempo apresente a candidatura "LOJA DO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

CIDADÃO”, junto do Governo Civil de Santarém e da Agência para a Modernização Administrativa. Que são as entidades previstas, a quem se deve apresentar esta candidatura. Também o grupo do Partido Socialista apresenta uma Moção – Recomendação sobre a fábrica da OPEL na Azambuja, acima de tudo, de acordo com os interesses dos nossos cidadãos do Concelho de Almeirim. Dado sabermos que há uma cota razoável de trabalhadores, que são abrangidos pelo encerramento da fábrica. Deste modo, a nossa Moção recomendação é a seguinte:

MOÇÃO-RECOMENDAÇÃO

Fábrica da OPEL na Azambuja – Trabalhadores de Almeirim.

Como já é do conhecimento público a General Motors (GM) enviou o aos sindicatos dos trabalhadores da fábrica da Opel da Azambuja uma carta onde reafirma o fecho da unidade a 31 de Outubro, nessa carta, e de acordo com a imprensa a GM informa os trabalhadores que mantém a intenção de deslocalizar a produção do modelo Combo da Opel - único automóvel construído na Azambuja - para a fábrica de Saragoça, em Espanha.

Considerando que este encerramento e a conseqüente situação de desemprego é um problema nacional mas, e ao mesmo tempo, um problema regional e local, dado que existem Almeirinsenses a trabalhar naquela fábrica e que, com o seu encerramento, irão ficar sem emprego, sem alternativas visíveis no nosso de concelho de Almeirim, que já está a atravessar uma grave crise na agricultura, em especial os vinicultores e que este encerramento irá "prejudicar muitas famílias no nosso concelho"

Considerando também que tal deslocalização trás conseqüências dramáticas para a Região da Lezíria do Tejo, tendo em vista não só a grave crise social determinada pelos milhares de famílias da Região que trabalham directa ou indirectamente para a OPEL, como também os reflexos negativos que, por via da subsidiariedade e do *outsourcing*, se farão reflectir sobre a estrutura produtiva e o tecido empresarial da Lezíria do Tejo.

Considerando que no caso de se confirmar o encerramento da fábrica, o Governo de Portugal deverá exigir "total responsabilidade" à GM pelo rompimento do contrato com o Estado português e que a GM terá de devolver o valor dos incentivos concedidos pelo Estado Português, caso decida encerrar a fábrica da Opel, na Azambuja, antes de dois mil e nove.

Considerando que o Partido Socialista reconhece o enorme esforço que o Governo de Portugal está a desenvolver, em especial o Ministro da Economia para manter Portugal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

a fábrica da Opel da Azambuja, pertencente ao grupo General Motors (GM visando uma solução que evite a deslocalização daquela indústria.

Considerando que o grupo do Partido Socialista tendo plena consciência da inevitabilidade do encerramento daquela unidade produtiva, e assim no uso das competências desta Assembleia Municipal, previstas alíneas o) e q) do nº um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei nº cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com a alínea f) do nº um do artigo vigésimo quarto do Regimento da Assembleia Municipal, vimos propor que seja aprovada a seguinte recomendação:

1 - Recomendar ao Executivo Municipal, que através do Presidente da Câmara que no mais curto espaço de tempo, proceda ao levantamento de todos os trabalhadores do concelho de Almeirim abrangidos por esta gravíssima situação de desemprego

2 - Recomendar ao Executivo Municipal, que através do Presidente da Câmara Municipal manifeste a sua preocupação pela situação dos trabalhadores, cidadãos do nosso Concelho, bem assim como o previsível impacto negativo sobre a nossa situação social e económica e nestas circunstancias lançar uma candidatura do Município de Almeirim, atendendo a que as indemnizações estruturais deverão, também, beneficiar o nosso Concelho, para a realização em Almeirim de todas as acções de formação e de reclassificação que venha a ser proporcionado aos trabalhadores abrangidos.

3 - Recomendar ao Executivo Municipal, que através do Presidente da Câmara Municipal mande preparar um programa estratégico a apresentar ao senhor Ministro da Economia, para prosseguir os objectivos referidos atrás e disponibilizar o nosso concelho, para ser classificado como prioritário na implantação de projectos de CENTRAIS DE BIOMASSA que funcionarão pelo sistema de co-geração e a energia eléctrica produzida a partir de resíduos florestais

4 - Recomendar ao Executivo Municipal, que através do Presidente da Câmara Municipal apresente uma proposta ao senhor Ministro da Economia para que decida mandar os serviços respectivos para promover conceitos da eficiência energética e ambiental nos processos de planeamento e ordenamento do território e que possa fomentar a utilização de soluções tecnológicas adequadas à conservação da energia, assim como a criação de novas actividades económicas e postos de emprego.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Almeirim, trinta de Junho de dois mil seis, O grupo do Partido Socialista.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» São estas a três Moções que o Partido Socialista vai submeter à votação dos membros da Assembleia Municipal, logo que termine este período de intervenção.

MANUEL LUIS BARBARA»» Sobre a Moção que o Grupo da CDU apresenta à Assembleia Municipal, relativa ao Centro de Saúde de Almeirim. Na realidade o que se passa é o que esta na Moção! No entanto, o Centro de Saúde não consegue servir melhor a população, porque não têm médicos. Na realidade, não cabe ao Governo dar solução que o Centro de Saúde e nós necessitamos.

A situação de deterioração, que actualmente se vive no Serviço Nacional de Saúde, iniciou-se quando a Ordem dos médicos, logo após a tomada de poder pelo PPD/PSD, no tempo do Drº Cavaco Silva. A Ordem dos Médicos institui, e obrigou as Universidades Portuguesas a um número clausus muito apertado, para a frequência dos Cursos de Medicina. É claro que a prazo, esta situação veio desembocar, numa falta de médicos. O que não acontecia, quando o Serviço Nacional de Saúde, proposto pelo Partido Socialista, esta ainda em vigor.

Muitos dos que aqui estão, se recordarão que havia imensos médicos que vinham para “província”, *vamos dizer assim*, e por cá ficavam. Hoje em dia com a falta de médicos, eles escolhem os grandes centros de Lisboa, Porto, Coimbra e outros. É no interior dos países que essas faltas mais se sentem.

O que o Governo tem feito, e penso que o anterior também, foi criar novos cursos de medicina, no sentido, que daqui a alguns anos se consiga repor os médicos necessários às necessidades das populações. Não cabe a este Governo, resolver este problema. A não ser que passe pela contratação de médicos estrangeiros, e ai darei todo o meu acordo.

AUGUSTO FELICIO REGUINGA»» O Grupo do PPD/PSD apresenta o seguinte Voto de Congratulação: VOTO DE CONGRATULAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL DE PAÇO DOS NEGROS, CAMPEÃ NACIONAL DE FUTEBOL DO INATEL – ÉPOCA DESPORTIVA DOIS MIL E CINCO; DOIS MIL E SEIS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

A prática desportiva do futebol é uma actividade que desperta paixões e emoções, fundamentando “fomentando” a união entre as pessoas, contribuindo para o fomento da identidade de uma população e até de um país. Os brilhantes resultados obtidos pela equipa de futebol da Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Paço dos Negros campeã Nacional do INATEL, é um momento histórico para a vivência do nosso Concelho;

Há que realçar também o esforço de todos jogadores, a dedicação da equipa técnica e dos dirigentes associativos para alimentar a esperança da equipa de chegarem ao final do campeonato do INATEL;

Efectivamente, o resultado está à vista, definitivamente esta vitória contribui inquestionavelmente para consolidar e estimular o associativismo, dado que esta vitória deverá ser um exemplo para as restantes associações do Concelho;

Neste momento de alegria, mas também de esperança futebolística, dado que a nossa Selecção irá também jogar amanhã um jogo deveras importante para todos nós;

Que o município de Almeirim continue a apoiar esta e outras associações dado que a prática desportiva não só alimenta a nossa alma, mas com contribui para o desenvolvimento social de todos os cidadãos;

Assim o Grupo do Partido Social-democrata propõe a esta Assembleia um VOTO DE CONGRATULAÇÃO AOS JOGADORES, EQUIPA TÉCNICA, DIRIGENTES ASSOCIATIVOS E TODOS AQUELES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A VITÓRIA DO CLUBE.

Assembleia Municipal de Almeirim, trinta de Junho de dois mil e seis. O grupo do PPD/PSD.

JOÃO LOPES»» Gostava de comentar um pouco a Moção que o PSD têm, sobre o possível encerramento, para não dizer; altamente provável encerramento da unidade produtiva da GM na Azambuja, tal como também é referido na Moção do PS. Estas moções, têm alguns pontos em comum, com sendo o de gerar desemprego na zona, incluindo o Concelho de Almeirim. Esta moção visa, que seja dado um especial interesse à requalificação profissional das pessoas. Porque vai haver muitas pessoas desempregadas. E estas pessoas, tem que ser requalificadas, para voltarem a entrar no mercado de trabalho. O PSD pede obviamente a aprovação desta moção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Vemos com agrado a Moção do Partido Socialista, sobre a extinção dos serviços públicos em Almeirim. Quanto à moção da GM, consideramos que não corresponde exactamente à verdade, quando diz: “O Ministro da Economia desenvolveu todos os esforços”. O ministro da Economia demorou muito tempo a tomar qualquer posição. No fundo ele limitou-se a atrasar o encerramento da mesma. Relativamente ao resto da moção não temos nada a obstar.

Quanto à Moção da CDU, também concordamos com ela no que toca à parte da informação escrita.

Temos ainda uma questão a colocar. É relativa aos requerimentos que eu à pouco me referi, dado que eles foram apresentados na última sessão. Se não deveriam ser respondidos na sessão seguinte, senão mesmo nos dez dias após a sua entrega.

Gostava de inquirir a Mesa, sobre a forma de convocar reuniões. Isto porque houve uma reunião de uma Comissão na qual a única convocatória que foi distribuída, foi por E-Mail. Gostaria de saber se esta forma de convocatória esta prevista no regulamento, e se é normal que haja apenas uma distribuição por E-Mail, das mesmas?

MOÇÃO

Provável encerramento da unidade produtiva da General Motors sita na Azambuja

Está praticamente dado como certa o encerramento, no próximo dia trinta e um de Outubro, da unidade produtiva que a General Motors (GM) possui na Azambuja e a sua deslocalização para Salamanca (Espanha).

A acontecer este cenário, milhares de trabalhadores irão engrossar os números do desemprego, originando graves problemas sociais não só no concelho da Azambuja, mas também nos concelhos vizinhos, Almeirim incluído.

O Grupo do Partido Social-democrata na Assembleia de Almeirim, vem manifestar a sua preocupação e a sua solidariedade pelo encerramento da mesma. Como consequência disso, o aumento do número de desempregados do concelho de Almeirim que, infelizmente, é já acima da média nacional será ainda maior, a menos que o governo consiga através da captação de novos investimentos para a região e de programas eficazes de requalificação profissional colocar esses profissionais de volta no mundo do trabalho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Por todos eles e pelas suas famílias aqui deixamos a nossa solidariedade e desde já aqui deixamos a mensagem que tudo faremos, dentro do nosso alcance, para minimizar os efeitos do encerramento da fábrica.

Assembleia Municipal de Almeirim, trinta de Junho de dois mil e seis, o Grupo do Partido Social-democrata.

JOSÉ MANUEL SAMPAIO»» Fiz questão de salientar, que havia um assunto para Antes da Ordem do Dia, e outro para a Ordem de Trabalhos. Julgo que ficou preceptível para a Mesa esse aspecto.

Sobre a informação escrita, essa faz parte da Ordem do Dia. Portanto, antes da ordem do dia é aquilo que eu vou dizer. Vou tentar em dois minutos ou três, e espero ter engenho e arte para tentar explicar um pouco aquilo que se passa em relação à saúde e às dificuldades actuais. E porque é que isto sucede. Vou-me referir as partes finais, que são as conclusões desta Moção que pessoalmente gostaria de ver aprovada.

MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em trinta de Junho de dois mil e seis, considerando que:

- Os utentes do Centro de Saúde de Almeirim manifestam alguns sinais de desespero pelas dificuldades de atendimento. A Directora do Centro de Saúde manifesta a sua preocupação pela falta de mais dois médicos e pelo número de mais de quatro mil utentes sem médicos de família. As queixas nacionais deste tipo de problemas são diários e o Governo, assim como os anteriores, não tomaram medidas políticas adequadas para solucionar o problema.

- Embora o Serviço Nacional de Saúde atribua importância aos Centros de Saúde e os considere como a porta de entrada do Sistema de Saúde, na prática acentua-se, permanentemente, a importância do Hospital em detrimento dos Centros de Saúde, Unidades que se encontram mais perto das populações e que devidamente apetrechados em recursos humanos e materiais poderiam solucionar setenta a oitenta por cento dos problemas de saúde da população.

- Não se podem valorizar os Centros de Saúde quando o número de médicos de família em mil novecentos e setenta e três era de sete mil cento e setenta e três e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

numero de médicos hospitalares era de dezassete mil duzentos e vinte oito e que, em dois mil e cinco, foram admitidos cento e dezasseis jovens médicos para o Internato da carreira de médicos de família e quinhentos e trinta e seis para o Internato da carreira hospitalar, ou seja acentuou-se a assimetria já existente, quando deveria ser o contrario. Mos países em que a teoria corresponde à pratica, com valorização da porta de entrada do Sistema (o Centro de Saúde) a proporção médico de família – médico hospitalar é de três médicos de família para um hospitalar e nestes países o grau de satisfação das populações ronda os noventa e cinco por cento. Em Portugal a politica de saúde seguida tem agravado a proporcionalidade entre as duas carreiras médicas (cerca de um médico de família – três médicos hospitalares), e este é um problema estrutural da política de saúde, que nem este nem outro qualquer governo resolverá se não mudar as prioridades na política de saúde. A pirâmide dos recursos humanos está invertida e não se prevê nenhuma solução para os utentes do nosso Centro de Saúde que seja a contratação de médicos de fora do Sistema (estrangeiros), mas acreditados pela Ordem dos Médicos.

- A construção hospitalar nos termos em que tem sido proposta (mais de cinco ou seis hospitais já previstos), induz a necessidade acrescida de recursos humanos hospitalares de pessoal médico e de enfermagem, além de ser sempre um excelente negócio para as empresas de construção civil e para as multinacionais de venda de equipamentos hospitalares. O mais fácil, o mais visível e politicamente mais apetecível será sempre a construção dum hospital. Sem negar a necessidade pontual duma ou doutra construção hospitalar, afirma-se, convictamente, que o caminho que está a ser percorrido conduzirá inevitavelmente às seguintes situações:

1 – Agravamento das condições de atendimento nos Centros de Saúde, com dificuldades acrescidas para as populações, nomeadamente os mais idosos e com menos recursos;

2 – Impossibilidade de resolver o problema das chamadas falsas urgências hospitalares (oitenta por cento), porque as pessoas no desespero recorrem sempre ao hospital, que está aberto vinte e quatro horas por dia, tornando o Serviço de Urgência Hospitalar na verdadeira porta de entrada do sistema;

3 – Aumento permanente de custos para o utente e contribuintes (transportes, taxas moderadoras, tempos de espera, etc. ...);

4 – As medidas actualmente em curso como triagem de Manchester nas urgências hospitalares, unidades de saúde familiares, sistema informático de apoio ao médico de família, embora medidas positivas, não passam de medidas paliativas que não resolvem o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

grande problema estrutural do Serviço Nacional de Saúde, que tem a ver com a desvalorização dos Centros de Saúde em meios técnicos e humanos.

A CDU propõe que esta moção seja aprovada e enviada às seguintes entidades: - Presidente da República; Primeiro-ministro, Comissão Parlamentar da Saúde na Assembleia da República; Presidente da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; Presidente da Sub-Região de Saúde de Santarém; Directora do Centro de Saúde de Almeirim e Órgão locais e regionais da Comunicação Social.

Assembleia Municipal, trinta de Junho de dois mil e seis, o Grupo da CDU, José Manuel Bento Sampaio.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» A mesa da Assembleia, deixou ultrapassar o tempo de intervenção do Drº José Manuel Sampaio, porque se trata de um especialista nesta área, e também porque nos faz bem escutar estas explicações técnicas. A Assembleia ultrapassa muitas vezes a questão política, embora reconheça que a mesma esteja subjacente.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Devo informar o Drº João Lopes, que a sua moção não recebeu o nosso voto favorável, porque, em primeiro lugar, o Senhor Ministro da Economia, está a fazer tudo o que é possível. Está a fazer aquilo que o Governo do PPD/PSD não fez, que foi omitir do povo Português, que em dois mil e três a fábrica da GM, iria encerrar. Este é que é um grave problema, e como sabe o governo do PPD/PSD – CDS deixou cem mil desempregados, e mais de noventa mil postos de trabalho destruídos. Num ano o Governo do Partido Socialista já recuperou trinta e três mil. É uma grande obra do Ministro da Economia! Portanto, nós temos que valorizar quem merece.

Para a sua moção estar correcta não devia omitir o facto, do Governo do PSD saber do seu encerramento, em dois mil e três.

Não podiam estar a dizer, que este assunto é deste Governo. Isso é informação jornalística. A informação técnica é esta: A OPEL ia encerrar em dois mil e três. Foi comunicado ao Governo que a fábrica iria ser transferida para Saragoça. Todos sabiam deste facto, e ignoraram-no.

Agora temos que lutar por perspectivas futuras, como o Partido Socialista faz, que é exigir para Almeirim contrapartidas. E estarmos com todos os trabalhadores e defendermos os interesses de Almeirim.